



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 13888.901078/2008-12
Recurso Voluntário
Resolução nº **1402-000.933 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária**
Sessão de 10 de dezembro de 2019
Assunto PER/DCOMP
Recorrente CHEMSON LTDA.
Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do Recurso em diligência.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Murillo Lo Visco – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Marco Rogério Borges, Caio Cesar Nader Quintella, Evandro Correa Dias, Leonardo Luís Pagano Gonçalves, Murillo Lo Visco, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Paula Santos de Abreu e Paulo Mateus Ciccone.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pela Contribuinte acima identificada em face de Acórdão exarado pelo Colegiado de primeira instância que julgou improcedente sua Manifestação de Inconformidade.

Por meio da referida Manifestação de Inconformidade, a Contribuinte se insurgiu contra Despacho Decisório expedido pela Autoridade competente da DRF, que teve como objeto compensações tributárias em que pretendeu utilizar direito creditório do tipo “pagamento indevido ou a maior”.

Conforme se depreende da análise do Despacho Decisório, o direito creditório pleiteado não foi reconhecido em razão de o pagamento informado na declaração de compensação (DComp) se encontrar integralmente utilizado, alocado a débito declarado pela própria Contribuinte em DCTF.

Inconformada com a decisão da Autoridade competente da DRF, a Contribuinte alegou ter transmitido a DCTF original com erro, e que a DIPJ original foi apresentada com o valor correto do débito devido. Para comprovar seu direito, juntou folha do LALUR e informou que, depois de cientificada do Despacho Decisório, transmitiu DCTF retificadora.

Por ocasião do julgamento de primeira instância, a DRJ entendeu que a ora Recorrente (então Impugnante) não apresentou documentos hábeis e suficientes à comprovação do direito alegado. Nesse sentido, destacou que, embora tenha apresentado elementos probatórios indicativos do montante da base de cálculo do IRPJ, a Contribuinte não juntou aos autos registros contábeis e respectivos documentos fiscais capazes de demonstrar a efetividade das deduções informadas em DIPJ (incentivos fiscais, imposto devido em meses anteriores e imposto retido na fonte). Ainda segundo a DRJ, a ausência de tais elementos impossibilita exame da apuração do imposto na contabilidade da interessada, e seu cotejo com o montante efetivamente recolhido, restando assim prejudicada a comprovação do alegado direito creditório.

Irresignada, a Contribuinte apresentou o Recurso Voluntário ora sob exame em que reitera que seu direito encontra-se demonstrado na DIPJ original. Alega, ainda, que apresentou ao órgão julgador de primeira instância as provas que entendeu suficientes para contrapor os fundamentos do Despacho Decisório, e que, diante da fundamentação encontrada na decisão recorrida, junta aos autos os elementos solicitados pela DRJ. Por fim, requer que este Colegiado de segunda instância reconheça seu direito.

É o relatório.

Fl. 3 da Resolução n.º 1402-000.933 - 1ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 13888.901078/2008-12

Voto

Conselheiro Murillo Lo Visco – Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

Conforme relatado, o direito creditório pleiteado pela Recorrente não foi reconhecido em razão de o pagamento informado na declaração de compensação (DComp) se encontrar integralmente utilizado, alocado a débito declarado pela própria Contribuinte em DCTF.

Perante a Autoridade julgadora de primeira instância, a Contribuinte alegou que transmitiu a DCTF original com erro, informando tributo em montante maior que o devido, e acrescentou que a DIPJ original foi apresentada com o valor correto do débito devido. Para comprovar seu direito, juntou folha do LALUR e informou que, depois de cientificada do Despacho Decisório, transmitiu DCTF retificadora.

Em sede de julgamento de primeira instância, a DRJ entendeu que a ora Recorrente não apresentou documentos hábeis e suficientes à comprovação do direito alegado. Como o LALUR se presta apenas à demonstração da base de cálculo do IRPJ, a ausência de elementos capazes de demonstrar a efetividade das deduções informadas em DIPJ (incentivos fiscais, estimativas pagas em meses anteriores e IRRF) prejudica a comprovação do alegado direito creditório.

Irresignada, a Contribuinte apresentou o Recurso Voluntário ora sob exame em que reitera que seu direito encontra-se demonstrado na DIPJ original, e alega que apresentou ao órgão julgador de primeira instância as provas que entendeu suficientes para contrapor os fundamentos do Despacho Decisório. Acrescenta que, diante da fundamentação encontrada na decisão recorrida, junta aos autos os elementos solicitados pela DRJ.

Assim definidos os contornos do lígio, passo à apreciação dos fundamentos da decisão recorrida e das razões da defesa.

Primeiramente, é oportuno registrar que a própria RFB admitiu a possibilidade de a DCTF ser retificada mesmo depois de o contribuinte ser cientificado do despacho decisório que não homologa sua compensação. Refiro-me ao Parecer Normativo Cosit n.º 2, de 28 de agosto de 2015, cuja ementa segue abaixo reproduzida com destaques acrescidos:

Assunto. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.

RETIFICAÇÃO DA DCTF DEPOIS DA TRANSMISSÃO DO PER/DCOMP E CIÊNCIA DO DESPACHO DECISÓRIO. POSSIBILIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DA RETIFICAÇÃO DA DCTF PARA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR.

As informações declaradas em DCTF – original ou retificadora – que confirmam disponibilidade de direito creditório utilizado em PER/DCOMP, podem tornar o crédito apto a ser objeto de PER/DCOMP desde que não sejam diferentes das informações prestadas à RFB em outras declarações, tais como DIPJ e Dacon, por força do disposto no § 6º do art. 9º da IN RFB nº 1.110, de 2010, sem

prejuízo, no caso concreto, da competência da autoridade fiscal para analisar outras questões ou documentos com o fim de decidir sobre o indébito tributário.

Não há impedimento para que a DCTF seja retificada depois de apresentado o PER/DCOMP que utiliza como crédito pagamento inteiramente alocado na DCTF original, ainda que a retificação se dê depois do indeferimento do pedido ou da não homologação da compensação, respeitadas as restrições impostas pela IN RFB n.º 1.110, de 2010.

*Retificada a DCTF depois do despacho decisório, e apresentada manifestação de inconformidade tempestiva contra o indeferimento do PER ou contra a não homologação da DCOMP, **a DRJ poderá baixar em diligência à DRF.** Caso se refira apenas a erro de fato, e a revisão do despacho decisório implique o deferimento integral daquele crédito (ou homologação integral da DCOMP), cabe à DRF assim proceder. Caso haja questão de direito a ser decidida ou a revisão seja parcial, compete ao órgão julgador administrativo decidir a lide, sem prejuízo de renúncia à instância administrativa por parte do sujeito passivo.*

[...]

Dispositivos Legais. arts. 147, 150, 165 170 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN); arts. 348 e 353 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC); art. 5º do Decreto-lei n.º 2.124, de 13 de junho de 1984; art. 18 da MP n.º 2.189-49, de 23 de agosto de 2001; arts. 73 e 74 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Instrução Normativa RFB n.º 1.110, de 24 de dezembro de 2010; Instrução Normativa RFB n.º 1.300, de 20 de novembro de 2012; Parecer Normativo RFB n.º 8, de 3 de setembro de 2014.

e-processo 11170.720001/2014-42

Portanto, a partir da leitura da ementa acima reproduzida, pode-se concluir que a própria RFB admite a retificação da DCTF após a ciência do despacho decisório que não homologa a compensação. Nessa hipótese, inclusive, o ato normativo da RFB prevê a possibilidade de o julgamento ser convertido em diligência para que se analisem os elementos probatórios que eventualmente justifiquem o erro alegado.

Ante o exposto, especialmente porque na DIPJ original já constava o valor do débito que a Recorrente defende ser o correto, voto no sentido de converter o julgamento do Recurso em diligência, remetendo-se os autos à Unidade de Origem, para que se manifeste acerca da exatidão da apuração do tributo devido, demonstrada na DIPJ e explicitada no Recurso Voluntário, à luz dos documentos juntados pela Contribuinte neste processo.

Do resultado desta diligência a Recorrente deverá ser cientificada, oferecendo-lhe a oportunidade de se manifestar acerca do objeto das verificações solicitadas, caso assim desejar.

Após a realização das verificações solicitadas, o processo deve retornar a este Colegiado para prosseguimento do julgamento do Recurso Voluntário.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Murillo Lo Visco